

MOVIMENTO SOCIAL, SUSTENTABILIDADE E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL ¹

Francisco Emanuel Matos Brito *

Resumo: *Este artigo tem como objetivo analisar o surgimento do movimento ambientalista no Brasil e na Bahia, as influências recebidas e as lutas enfrentadas desde o seu período formativo até o momento recente, que o credenciaram como um importante ator na institucionalização da questão ambiental e interlocutor de destaque em eventos nacionais e internacionais e no processo de negociação com o Estado.*

Palavras-chave: Novo movimento social; Questão ambiental; Desenvolvimento sustentável; Movimento ambientalista.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda de maneira resumida o surgimento do movimento ambientalista no Brasil, inserido no bojo do que se convencionou caracterizar como a emergência dos novos movimentos sociais, sua trajetória e as influências recebidas tanto ao longo do seu período formativo quanto no período mais recente. Graças à experiência acumulada nos dois períodos, este movimento social, além de buscar vincular os problemas ambientais aos sociais, passa a ter uma maior participação nas lutas de caráter local. Esta mudança de postura ganha corpo, principalmente, a partir da Promulgação da Constituição de 88, com a consequente transferência de responsabilidades para os municípios, consubstanciada dentre outras, na formação de Comissões, Conselhos e criação de Leis Municipais de Meio Ambiente.

Analisando a ação prática deste movimento na região da Chapada Diamantina, observa-se que este vem se credenciando como um importante interlocutor no processo de reorientação das políticas públicas ligadas ao desenvolvimento regional, tendo participação ativa nas lutas pela preservação das nascentes e matas ciliares, contra as queimadas, o uso indiscriminado de agrotóxicos, a precariedade dos serviços de saneamento básico, pela regulamentação das unidades de conservação e na defesa das populações que habitam o interior do Parque Nacional.

Contudo, a ação deste movimento não ocorre sem que haja contradições entre sua plataforma de lutas e o propósito desenvolvimentista da intervenção governamental, num cenário em que é colocado como prioridade o atendimento das expectativas da população a uma melhor qualidade de vida e à defesa do meio ambiente. É especialmente esta questão que o presente estudo pretende analisar.

¹ Este artigo é uma versão revisada de parte do capítulo IV da tese Os ecos contraditórios do turismo na Chapada Diamantina: discursos e práticas, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, em 2005.

*Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (NUCLEAR) da UFBA e funcionário da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB). E-mail: frabrito@ufba.br.

OS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Coube a Alain Touraine a consideração de que as transformações históricas verificadas na produção material – a passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial – retiraram a primazia do movimento operário e que a centralidade dos fatores objetivos e materiais, presentes na análise deste movimento, foi deslocada nos novos movimentos sociais por uma abordagem centrada nos fatores culturais e subjetivos. A partir daí ele se propõe a discutir (1998, p.119-145) a formação dos novos movimentos sociais (mulheres, nacionalistas e antinuclear/ecológico), analisando as reações e lutas que lhes dão origem, buscando identificar até que ponto cada um deles pode se constituir no ocupante do conflito central, agora expresso no plano cultural.

A concepção sobre “os novos movimentos sociais” chega ao Brasil e inspira vários autores (SADER, 1988; DOIMO,1995; GOHN, 1995, dentre outros) que se dedicam ao estudo dos movimentos sociais, passando a incorporar aos seus trabalhos, dentre outras contribuições, a análise dos discursos (“matrizes discursivas”, “formas comuns de linguagem”) que estes movimentos estavam elaborando nas suas práticas políticas. Sader (1988, p.11-12) concebe os movimentos sociais como “um novo sujeito social (coletivo) que se forma no plano da ação coletiva, ocupa lugares políticos novos e pauta sua ação numa prática social nova que alude fortemente a um discurso sobre os direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprios”, e não mais sobre o clientelismo e o favoritismo, diferentemente da postura do movimento operário anterior.

Vale chamar a atenção para o fato de que, enquanto na Europa, sob a rubrica de novos movimentos sociais, estão incluídos os movimentos de mulheres, nacionalistas, ecológicos, étnicos, de consumidores, etc., no Brasil alguns autores preferem denominá-los de (novos) movimentos populares para diferenciar a sua base popular mais heterogênea do que na Europa (sobretudo ligados à “classe média”). Assim, no Brasil são designados novos movimentos sociais desde as Comunidades Eclesiais de Base, grupos de ajuda mútua aos pobres e desempregados, associações de bairro, grupos de educação popular, etc., o “novo sindicalismo” urbano e, mais recentemente, também rural, o movimento dos sem-terra, o movimento feminista, o movimento negro e o movimento ecológico.

O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NO BRASIL E NA BAHIA

De acordo com Ortiz (apud Ferreira, 1998, p.29), “a questão ecológica, heurísticamente, revela esse mundo que está se formando. A questão ambiental, não apenas o movimento, é um tema global. Ela revela algo a respeito de uma sociedade civil mundial. Nesse sentido, o Movimento perpassa países, grupos e classes sociais, articulados a um outro conceito de natureza”.

Este novo movimento social, tem uma história que pode ser dividida, segundo Viola e Nickel (1994, p.174 -175) em dois períodos:

um formativo (71 - 86) orientado para a criação de consciência pública sobre a deterioração ambiental; e um período recente (87 - 93) orientado para a ligação

das demandas de proteção ambiental com demandas de desenvolvimento econômico e enfatizando a profissionalização das associações ambientalistas.

Na Bahia, o movimento ecológico emerge no início dos anos 80 com o aparecimento dos grupos ambientalistas e a deflagração de lutas pela “preservação da Lagoa de Abaeté, realização do diagnóstico ambiental da Baía de Todos os Santos, mobilização em torno da exploração do urânio em Caetitê, e a luta, capitaneada pela associação dos agrônomos, contra o uso indiscriminado dos agrotóxicos” (BRITO E DUQUÊ, 1996, p.188).

Ainda de acordo com Viola e Nickel (1994, p. 175) as críticas à postura do movimento ambientalista neste período formativo dizem respeito à forte influência das idéias e programas de ambientalistas europeus e americanos, levando o movimento a priorizar as grandes questões (luta contra a construção das barragens e a utilização da energia nuclear, a defesa da amazônia, etc.), símbolos do projeto desenvolvimentista dos governos militares, em detrimento de questões cotidianas ligadas, por exemplo, à melhoria do saneamento básico, características do que Martinez-Alier (1999, p.124) denomina de “ambientalismo da pobreza”².

Somente a partir do final dos anos 70, o movimento ambientalista passa a ter uma relação mais próxima com os movimentos populares. Isto se deve à influência das idéias democráticas radicais vindas dos movimentos sociais - que estavam lutando pela redemocratização do país e contra o regime autoritário -, juntamente com o novo sindicalismo e as Comunidades Eclesiais de Base. Esta experiência foi muito importante para possibilitar ao movimento ambientalista a vinculação dos problemas ambientais aos sociais.

No segundo período, o movimento demonstra sinais de progressiva maturidade política, superando as divergências internas e participando intensamente do processo constituinte. Como saldo deste processo, consegue inscrever na Constituição Federal de 88, cláusulas ambientais avançadas traduzidas tanto na ampliação da competência de cuidar da preservação ambiental, até então restrita ao Estado, para toda a sociedade quanto – e reverberando os ecos da Conferência de Estocolmo - na assunção de um compromisso intergeracional. Assim, a nossa Carta Magna (BRASIL, 1988), no seu artigo 225, afirma que: 1) "todos têm o direito a um ambiente ecologicamente equilibrado" 2) "o poder público e a coletividade têm o dever de preservar e proteger o meio ambiente para as presentes e futuras gerações".

A participação na preparação e realização da Eco-92, embora tenha frustrado as expectativas no tocante à assunção de compromissos por parte dos governos, contribuiu para a consolidação do Movimento Ambientalista Brasileiro, para o desenvolvimento de uma melhor consciência pública das questões ambientais e para a melhoria das políticas ambientais brasileiras. O direito a um meio ambiente seguro e saudável também é um dos princípios presentes nos documentos assinados na Rio - 92: a carta do Rio, a agenda 21, a convenção do clima e o tratado da biodiversidade. Neste período, os ambientalistas participam de eventos importantes e também elegem como tarefa, a construção de elos com o movimento popular, além de passarem a dar maior atenção às questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e à política macroeconômica.

Na Bahia esta preocupação do movimento ecológico tem se traduzido em ações ligadas à realização de eventos e debates em sindicatos e associações de moradores, cursos de educação ambiental e a continuidade do trabalho em defesa do meio ambiente, a exemplo da realização de

² Ambientalismo característico dos países pobres, ligado à defesa da subsistência e reação contra a degradação ambiental causada pela troca desigual, pobreza e crescimento populacional.

excursões pela Baía do Todos os Santos e Rio Paraguaçu, mostrando o grau de degradação ambiental presente em ambos, a luta contra a poluição sonora em Salvador e a campanha pela recuperação do transporte ferroviário com o projeto “Ver de trem”.

Vale dizer que, especialmente, a partir da Eco - 92, as questões relacionadas ao desenvolvimento passaram a receber uma maior atenção do movimento ecológico e o conceito de desenvolvimento sustentável tornou-se um tema central na agenda de muitos grupos ambientalistas. Entretanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que

o conceito de desenvolvimento em sua mais recente adjetivação (“sustentável”), expressa algum consenso em torno da idéia geral de compatibilização entre a qualidade ambiental e o desenvolvimento sócio-econômico e muito dissenso prático, traduzido no conflito de interesses entre os atores sociais participantes do campo político. Resultante deste embate, pode-se ter dentre outras, desde a implementação de uma proposta de desenvolvimento sustentável que represente apenas uma limitação de caráter ambiental ao “velho” desenvolvimento em curso para tudo continuar como está, até mesmo, com menor probabilidade, uma proposta que encerre uma visão radical de desenvolvimento que, além de contemplar a questão ambiental, vá fundo na busca da promoção de justiça social e no enfrentamento da exclusão e da miséria (BRITO, 1998, p. 62).

Deve-se ressaltar ainda que este novo movimento social não é de forma alguma homogêneo e unitário (VIOLA, 1987, p.45-49; LAGO e PÁDUA, 1985, p.40-41). Este fato tem repercutido na opinião pública levando-a, inclusive, a ter uma percepção bastante confusa sobre o que realmente seja esta corrente de pensamento, face à diversidade de enfoques e idéias divulgadas de forma fragmentária nos seus comunicados e jornais e através dos meios de comunicação.

Com respeito às divergências entre militantes de partidos de esquerda e do movimento ecológico, pode-se mencionar a polêmica na qual os primeiros minimizavam a importância da luta ecológica, colocando que esta dispersava a classe trabalhadora da contradição principal entre o capital e o trabalho. Os ambientalistas rebatiam enfatizando que a luta ecológica também é uma luta por direitos que envolve a preocupação com a defesa da vida, da natureza e da solidariedade com as gerações futuras.

Desde a metade dos anos 80 tem havido um notável desenvolvimento, no Brasil, do sócio - ambientalismo, no qual os movimentos sociais, movimentos de trabalhadores e organizações não governamentais (ONGs) têm incorporado preocupações ambientais às suas agendas e atividades, num claro esforço de articular as questões ambientais e sociais. No entanto, isto não significa que no desenrolar deste processo não ocorram divergências entre as propostas ambientais e as necessidades imediatas e propostas específicas de alguns destes movimentos.

Nos anos 90 observa-se o surgimento de campanhas como a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria, Pela Vida (Betinho), contra a violência (Candelária / Viva Rio), a corrupção (impedimento de Collor), o clientelismo e outros escândalos presentes na vida política nacional que levaram a estas reações no plano moral, visando despertar a consciência das pessoas para questões de tamanha gravidade.

Duas outras tendências se fortalecem no cenário social brasileiro, nos anos 90, com repercussões diretas sobre os movimentos sociais, relacionadas ao crescimento das ONGs e às políticas de parcerias implementadas pelo poder público, que passa a transferir responsabilidades

– processo esboçado no final dos anos 80 – para as comunidades organizadas, com a intermediação das ONGs. Estas tendências já estavam presentes desde a Promulgação da Constituição de 88 quando passa a ocorrer a descentralização com transferências significativas de responsabilidades entre as esferas de governo, em especial para os municípios, consubstanciadas, dentre outras, na necessidade de criação da Leis Municipais de Meio Ambiente, na formação de Conselhos e na criação da Lei Orgânica Municipal.

Com isto, apesar da resistência do poder político, são abertos espaços de participação direta dos cidadãos – ainda que, inicialmente, tópica e limitada - em várias instâncias, inclusive nos Conselhos, Comissões do Meio Ambiente e, em alguns municípios, observa-se uma ação proativa das Promotorias Públicas, a realização de Audiência Pública e o processo de implantação das agendas 21 locais.

A relação dos movimentos sociais com o Estado, já prevista no âmbito do processo de descentralização das políticas públicas, ocasionou também mudanças no ambientalismo brasileiro que envolveram tanto a construção institucional quanto a diferenciação interna, acarretando a emergência de novas organizações com um perfil profissional e a profissionalização parcial de algumas associações que tinham sido previamente amadoras.

Para Viola e Nickel (1994, p.176) estas organizações profissionais

representam uma dramática inovação na cultura ambientalista brasileira, visto que elas não têm mais o restrito objetivo de criar consciência pública, mas têm o objetivo mais amplo de propor uma alternativa para a preservação ou restauração do ambiente degradado.

O otimismo dos autores quanto à profissionalização destas entidades deve ser questionado, principalmente, tomando-se como exemplo os desdobramentos deste processo, e seus impactos no plano organizativo dos movimentos sociais e na relação destes, mediados ou assumidos pelas ONGs, com o Estado.

Realizando um estudo sobre os papel das ONGs e seu reconhecimento enquanto atores políticos importantes no cenário nacional e internacional pode-se mencionar, dentre outros, os trabalhos de Landim (1994) e Fernandes (1994), que tiveram o mérito de realizar uma análise sobre a origem, as características e formas de atuação destas entidades. Landim inicia sua abordagem afirmando (1994, p.35) que “séculos de escravismo e uma longa tradição de Estado centralizador, autoritário e patrimonialista geraram, como se sabe, uma fraca e tardia constituição de sociedade civil”, o que torna uma tarefa fadada ao fracasso pretender uma participação da sociedade civil sem uma mudança de mentalidade capaz de vencer os obstáculos da cultura política moldada pela sujeição e pela passividade.

A seguir, a autora realiza um breve histórico das ONGs populares no Brasil e afirma “que o pensamento predominante entre seus membros é de que não cabe a estas entidades substituir o Estado, sendo uma de suas funções fundamentais contribuir para sua democratização. (...) Porém a bandeira da autonomia e a priorização de uma ação ao nível da sociedade civil surgem mais uma vez no centro dessa questão” (Idem, p.41).

Fernandes realiza uma abordagem das formas de associativismo, distingue os movimentos sociais das ONGs e efetua uma análise das mudanças experimentadas pela noção de sociedade civil apoiando-se no modelo triádico (ou tripartite) formado pelo Estado, mercado e sociedade civil. De acordo com este modelo a sociedade civil é parte de “um “terceiro setor” não

governamental, sem fins lucrativos e voluntário” (Idem, p.31) - integrado pelas ONGs - em contraste com o Estado e o mercado.

O MOVIMENTO AMBIENTALISTA NA CHAPADA DIAMANTINA

As lutas do movimento ambientalista na Chapada Diamantina³ têm início, de forma sistemática, em meados dos anos 80 e culminam com a realização do I Seminário em 87, realizado no município de Lençóis, pelo grupo ecológico S. O. S Chapada, no qual discutiu-se principalmente a luta pela regulamentação do Parque Nacional da Chapada Diamantina, criado em 17 de Setembro de 1985. Os integrantes do movimento buscavam com a realização deste tipo de evento, dar conhecimento à comunidade sobre a existência do Parque Nacional ao tempo em que tentavam aumentar o contingente de pessoas comprometidas na luta pela sua regulamentação e preservação.

Posteriormente o debate foi se ampliando e novas reivindicações foram acrescentadas à luta do SOS Chapada, indo desde aquelas ligadas à precariedade dos serviços sociais básicos como o saneamento, saúde e educação, até aquelas relacionadas ao uso indiscriminado de agrotóxicos – nas culturas do café e do tomate em Wagner e Seabra – e à degradação ambiental no leito dos rios ocasionada pelo garimpo mecanizado (dragas). Depois de desempenhar um papel pioneiro na realização de lutas da maior relevância, o SOS Chapada entra em crise, no início dos anos 90, ocasionando um período de descenso no movimento ambientalista num momento em que a questão ambiental começava a ganhar legitimidade em alguns municípios da região.

A partir daí coube ao GAP – Grupo Ambientalista de Palmeiras, a difícil tarefa de dar continuidade à luta em defesa do meio ambiente. O GAP tem desenvolvido um trabalho de arborização da cidade com mudas de pau brasil, colocou-se contrário à caça predatória, combate os incêndios que acabam consumindo anualmente parte significativa da biodiversidade da Chapada Diamantina e tem lutado pela recomposição da mata ciliar das margens do rio Preto. Seus integrantes também atuam no projeto de implantação de hortas e realizam o gerenciamento do lixo produzido no Vale do Capão. Após enfrentar o descrédito da população local, a importância do trabalho deste grupo acabou sendo reconhecida e o depoimento de um de seus diretores traduz muito bem esta mudança de atitude: “antes a gente plantava uma árvore e as pessoas vinham e arrancavam, hoje a gente planta e elas é que cuidam”⁴.

Em meados de 94 o movimento ambientalista se vê reforçado com a criação das Comissões de Meio Ambiente estimuladas e apoiadas pelos técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ligados ao trabalho de educação ambiental, que preocupados com os problemas ambientais enfrentados pela região e pelo Parque Nacional realizaram uma primeira reunião no Vale do Capão, na qual surgiu a proposta de criação das Comissões de Meio Ambiente implantadas, sobretudo, nos municípios abrangidos pelo Parque Nacional.

Buscando uma atuação articulada, estas Comissões realizaram periodicamente reuniões conjuntas e também iniciaram a implantação de hortos para a produção de mudas de essências nativas destinadas a reflorestar nascentes e margens de rios, propuseram períodos de defeso para

³ A região econômica Chapada Diamantina é composta por 33 municípios e uma população aproximada de 500 mil habitantes.

⁴ Entrevista concedida em 13.02.2003.

a piracema nos rios da região, combateram as queimadas, tanto através da divulgação dos danos que causam como apagando na prática os incêndios registrados, desenvolveram atividades de educação ambiental nas escolas, promoveram caminhadas ecológicas, discutiram e implementaram medidas para minorar a problemática do lixo, reivindicaram a regulamentação do Parque Nacional, etc..

A descontinuidade verificada no trabalho realizado pelos técnicos do núcleo de educação ambiental e a posterior saída da chefia do escritório do IBAMA, tiveram repercussão significativa no trabalho desenvolvido por estas Comissões. A dependência institucional das Comissões de Meio Ambiente se constituiu num fator de desestruturação dos trabalhos desenvolvidos pela maioria destas entidades que não reuniram, neste período, as condições necessárias para se tornarem autônomas em relação ao IBAMA.

Neste meio tempo, o movimento ambientalista da Chapada identifica a necessidade de desenvolver uma atuação articulada na região. Para tanto, foi criada a Associação de ONGs Barbado da Chapada (1998, p.1) - durante o seminário “Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – Integração para o Terceiro Milênio”, realizado em Setembro de 1997 - que já nascia composta por 21 entidades sócioambientais de vários municípios da região.

Refletindo uma estratégia de mobilização posta em prática pelo movimento ambientalista, durante os anos 90, o Barbado integra-se nacionalmente à rede de ONGs Mata Atlântica. Dentre as ações propostas pela entidade, pode-se mencionar a realização de contatos com jornais para divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos grupos associados, o apoio e o fortalecimento de cada entidade na resolução dos problemas ambientais locais estimulando a troca de informações, a orientação na formulação de projetos e a ampliação da participação da comunidade.

Decorridos aproximadamente quatro anos de fundação, em que pese a contribuição do Barbado para a luta ambiental, muitas destas expectativas deixaram de ser concretizadas, levando a entidade a viver um período de desarticulação. Dentre as razões possíveis para esta situação, podem ser mencionadas a carência crônica de recursos destas entidades para lidar com a magnitude de problemas a serem equacionados, inclusive impossibilitando a remuneração de parte da diretoria que presta um trabalho voluntário e busca a sobrevivência na realização de outra atividade, ao caráter abrangente de suas lutas (pela regulamentação do Parque Nacional) fracamente articuladas com as questões locais, ocasionando, inclusive, períodos de pique e queda de mobilização, o que levou boa parte das entidades filiadas a concentrar seus esforços no trabalho desenvolvido nos municípios.

A partir do final dos anos 90, o Barbado perde a capacidade de exercer o papel de associação de ONGs, deixando de liderar as mobilizações e passando a ser mais uma entidade integrante de iniciativas coordenadas por outras entidades. A opinião de uma ambientalista de Lençóis resume a situação da entidade, neste período: “o Barbado está desarticulado, com o mandato da diretoria caduco e não se reúne há muito tempo”⁵.

No dia 16 de junho, de 2000, ocorre a criação do Núcleo Pró Parque Nacional da Chapada Diamantina – NPPN-CD, com o objetivo de “pensar ações e fortalecer as instituições já existentes, além de estabelecer alianças com entidades que estão em luta no Brasil e no exterior por implementação de Parques”. O Núcleo passou a ser integrado por ONGs ambientalistas de abrangência local, regional, estadual e nacional, por representantes da Associação de Condutores de Visitantes de Lençóis, da comunidade do Capão, de agências de ecoturismo e pela Promotora de Lençóis.

⁵ Entrevista concedida em 19.12.2002.

Esta se constitui em mais uma iniciativa de setores do movimento ambientalista que, prevendo e antecipando-se aos desdobramentos provocados pela retomada dos trabalhos de regularização fundiária, implementação do Plano de Manejo e posterior gestão do Parque Nacional, defenderam a formação do Conselho Consultivo do Parque Nacional - CONPARNA, que veio a ser criado no final de 2001 pelo então Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e passou a ser integrado por muitos membros do NPPN. Com esta postura, o NPPN demonstra o interesse de ampliar a agenda, de um lado mantendo a luta pela regulamentação do Parque Nacional e, de outro, concedendo maior espaço à profissionalização presente em algumas das entidades, que assim, se credenciam para a realização de trabalho especializado para instituições governamentais.

Tomando como referência o aprendizado deixado pela experiência do Barbado e do NPPN, grupos ambientalistas, associações de moradores, guias, educadores, pescadores, entidades da sociedade civil de vários municípios da Chapada Diamantina ⁶ e dois grupos ambientalistas de Salvador reunidos, em 27.08.2003, no IIIº Fórum Sócio Ambiental da Chapada Diamantina, decidiram constituir uma rede de ONGs da Chapada Diamantina, “integrada pelos presentes que buscarão ampliar a participação convidando outras entidades, na perspectiva de que a rede cumpra o papel de apoio e de articulação entre as filiadas” (registro de caderno de campo).

Graças ao trabalho desenvolvido pelo movimento ambientalista neste período, observa-se que a sociedade regional adquiriu um maior conhecimento, tanto a respeito da importância quanto sobre os problemas ambientais da área em que vivem, tornaram-se mais sensíveis à defesa do meio ambiente e têm participado na resolução de problemas vinculados à regulamentação do Parque Nacional, à implantação do plano de manejo das Áreas de Proteção Ambiental e à ocorrência de incêndios.

É inegável que tanto no âmbito nacional quanto estadual e regional, graças à luta do movimento ecológico - nos seus variados matizes – houve uma institucionalização da questão ambiental. O país convive com uma legislação ambiental relativamente bem elaborada e existem inúmeros casos nos quais foi possível estabelecer um acordo, mesmo que parcial entre diferentes segmentos sociais com vistas à recuperação de alguma área degradada, ou para conservar uma coleção de ecossistemas considerada prioritária.

CONCLUSÃO

Vale salientar que, embora muitos dos alvos da reivindicação ambientalista ainda continuem com resolução pendente, isto tem servido de efeito demonstração para que a população aumente a percepção sobre esta questão e feito com que o movimento ambientalista tenha ocupado espaço cada vez maior junto aos meios de comunicação, tanto para a realização de denúncias quanto para a apresentação de propostas.

Em que pesem as vitórias sociais e jurídicas no campo dos direitos obtidas pelo movimento ecológico ao longo de sua atuação, o projeto ambientalista “não conseguiu uma performance ao menos semelhante ao projeto que lhe é adversário, ou seja, o nacional desenvolvimentismo” (FERREIRA, 1996, p.244). O momento atual tem se revelado pedagógico a este respeito, ou seja, em tempos de aquecimento global retornam com intensidade à cena

⁶ Participaram do evento, entidades de Andaraí, Boninal, Bonito, Barra da Estiva, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê, Palmeiras, Seabra e de Salvador.

política três velhos adversários do movimento ambientalista que remontam ao seu período formativo, a saber: a devastação da amazônia, que tem provocado a realização de nova campanha nacional e internacional e o projeto de implantação de novas hidrelétricas e usinas nucleares, apresentado, inclusive, como uma das alternativas menos poluentes para o país solucionar o seu problema energético.

Se por um lado as políticas públicas têm contribuído para o estabelecimento de um sistema de proteção ambiental no país, por outro, o poder público acaba viabilizando o comportamento social predatório, na medida em que se mostra incapaz de fazer cumprir aos indivíduos e às empresas uma proporção importante da legislação ambiental. O irônico desta situação é que o Estado, na condição de agente econômico, tem um papel bastante ativo. Como proprietário de empresa petrolífera, mineradora, elétrica, etc., tem sido o responsável por um número significativo de ações que agridem o meio ambiente, afetando diretamente as condições de vida das populações atingidas. Quando se trata de criar condições para a proteção ao meio ambiente, ele revela uma atitude claramente omissa, comportando-se tal qual um fiscal ineficiente, deixando o espaço aberto para a degradação ambiental (BRITO E DUQUÉ, 1996, p. 189).

REFERÊNCIAS

ASSIM nasceu o Barbado. *O Urro da Chapada*, Palmeiras (Ba), Janeiro 1998, p.1.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRITO, Francisco E. M. “Meio Ambiente e Região: em busca da sustentabilidade comprometida”. *Raízes*, v.17, Ed. UFPb, Campina Grande – Pb, Março 1998, p. 61 – 71,. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional da APIPSA.

BRITO, Francisco E. M. e DUQUÉ, Ghislaine. Modernização, Agrotóxicos e a Emergência do Paradigma Ecológico. In: LIMA, Jacob C. et al (Orgs.). *Trabalho, Sociedade e Meio Ambiente*. Ed. UFPB, João Pessoa, 1996, p. 181-191.

DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular, movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70*. São Paulo: Ed. Relume - Dumará, 1995.

FERNANDES, Rubem C. Elos de uma cidadania planetária. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.28, ANPOCS, São Paulo, 1995, p.15 – 34.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1998.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: FERREIRA, Leila C. e VIOLA, E. (Orgs.). *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 1996, p. 241-277.

GOHN, Maria da Glória. *História dos Movimentos Sociais. A Construção da cidadania dos Brasileiros*. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

LAGO, Antônio e PÁDUA, José A. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LANDIM, Leilah. *Ação privada em benefício público: breve história das ONGs no Brasil*. Advir, n.4, Rio de Janeiro, 1994, p. 35 – 41.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In: FERREIRA, Leila (org.) *A Sociologia no horizonte do século XXI*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999, p.122-135.

TOURAINÉ, Alain. Novos Movimentos Sociais. In: *O Pós Socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 119 – 145.

VIOLA, Eduardo J. A Heterogeneidade Política. In: *Lua Nova*, vol.3, n.4. São Paulo: CEDEC, abril – junho/87, p. 45 – 49.

VIOLA, Eduardo J. e NICKEL, James W. Integrando a defesa dos direitos humanos no meio ambiente: lições do Brasil. In: *Novos Estudos Cebrap*, n. 40, São Paulo, Novembro de 1994, p. 171- 184.